

Como a Austeridade está a matar a Europa

(Tradução do texto de Jeff Madrick, de 06-01-2012, no NYKblog)

No último dia de 2011, lia-se em manchete no 'The Wall Street Journal': "Espanha falha meta do défice, estabelece cortes". As cruéis forças da pobre lógica económica foram trabalhar para saudar o novo ano. A União Europeia tornou-se um círculo vicioso de dívida florescente, levando a medidas radicais de austeridade, que por sua vez mais enfraquecem as condições económicas e resultam em novas políticas agravadas do governo com cortes prejudiciais nos gastos públicos e alta de impostos. A crise da dívida europeia começou com a Grécia e essa nação permanece como a economia mais atingida da União Europeia. Mas essa crise propagou-se, inexoravelmente, pela Irlanda, Portugal, Itália e Espanha, e ainda ameaça a França e, possivelmente, o Reino Unido. Não era preciso ter feito o que se fez. De forma rara, se chegará a mau exemplo tão gritante – sem dúvida mesmo perverso – da acção do pensamento económico.

Nos últimos dois anos, a grave recessão de 2009, que começou nos Estados Unidos mas se dispersou pela Europa, tem feito perigar as finanças de um país europeu após o outro. Como resultado, Portugal, Irlanda, Espanha e Itália estão a viver sob pressão da UE para cortar gastos do governo e aumentar os impostos, a fim de reduzir os seus défices; isto se quiserem poder beneficiar de uma ajuda. Todos têm feito isso. Irlanda e Portugal têm acentuadamente de cortar gastos e ainda têm de usar dezenas de milhares de milhões de euros para ajudar a cumprir as obrigações financeiras em curso, como fez a Grécia. O Banco Central Europeu comprou as obrigações de tesouro da Itália e Espanha. O governo conservador da Grã-Bretanha liderou o caminho com cortes de despesas implacáveis em 2010. França adoptou o seu próprio pacote de austeridade, e até mesmo Alemanha, o suposto líder económico da Europa, planeou cortar seu défice por um recorde de 80 bilhões de euros em 2014.

Os defensores da imposição da austeridade alegam que nações, ao assumir o controlo das suas finanças, se torna mais convincente de que não aumentarão as taxas de juros e que o crescimento será retomado. O seu raciocínio tem sido contrariado pelos mercados financeiros, os quais conduziram à subida das taxas da dívida grega e, de seguida, o substantivo efeito sobre as dívidas de países como Portugal, Espanha e Itália. Considerando que essas nações não devem ser capazes de pagar suas dívidas, os compradores de títulos querem uma taxa de juro suficientemente alta para compensar o risco.

Mas tudo isso é a economia da pré-Grande Depressão. Como pode a UE descaracterizar tanto a história e tratar com desprezo os ensinamentos de John Maynard Keynes, que alegou que, durante as recessões os governos devem desenvolver as economias através da expansão de gastos e cortes de impostos, e não o contrário? Na prática, fazer cortes orçamentais em grande escala ou aumentar impostos, como Keynes demonstrou, apenas reduzirá a procura de bens e serviços quando se torna necessário um aumento. Deteriorar as vendas irá comprometer a confiança das empresas muito mais do que a consolidação orçamental poderá encorajar. Ignorando isto, os decisores políticos europeus irão aprofundar, não resolver, a crise financeira e milhões de pessoas sofrerão desnecessariamente.

Na verdade, a austeridade económica não tem resolvido um único caso na Europa nos últimos dois anos. Quando o governo de David Cameron impôs uma primeira leva de duros cortes nas despesas em 2010, não conseguiu reanimar a economia britânica, como prometido. Pelo contrário, provavelmente eliminou a possibilidade de uma recuperação a curto prazo. Desemprego e o défice em percentagem do PIB mantiveram-se elevados. Alguns observadores pro-conservadores que conheci garantiram-me no momento que a equipa de Cameron, liderada por George Osborne, o Ministro das Finanças, era pragmática e seria capaz de

reverter o curso da austeridade, se esta não estivesse a resultar. Ainda quando crescimento ficou por terra no final de 2011, a equipa de Cameron apenas duplicou as medidas de austeridade, fazendo cortes adicionais. Precisamos de mais do mesmo medicamento, disseram aos seus cidadãos, dos quais um número recorde está desempregado. A Grã-Bretanha está a um cabelo da amplitude em relação á recessão, apenas dois anos após sua última fotografia.

Em Novembro, entretanto, os espanhóis votaram e colocaram fora um governo socialista popular, em parte pelo seu programa de austeridade ter falhado no ano passado. Os socialistas tinham anteriormente criado uma situação de expansão e conseguiram mesmo obter um excedente orçamental. Mas, em seguida, as crises do imobiliário e da banca irrompeu e os bancos privados espanhóis ficaram afectados. Em resposta, em 2010, os socialistas reverteram substancialmente a política de estímulo anterior, para cortar gastos e aumentar os impostos, no montante de cerca de 5 por cento do PIB. A dívida pública ainda não é alta em Espanha, e as taxas de juro subiram não do mesmo modo que sucedeu em Itália. Mas o crescimento económico estagnou após estas medidas terem sido implementadas, porque a redução das despesas públicas enfraqueceram a procura de bens e serviços, pura e simplesmente. Com os actuais 21,5% de taxa de desemprego oficial da Espanha, os socialistas perderam nas eleições — paradoxalmente empurrando os eleitores para eleger uma liderança conservadora que pede mais austeridade. Em Espanha, a recessão agora é inevitável.

E, em seguida, há a Irlanda. A experiência recente deste país, antes em expansão, deve ser profundamente embaraçosa para os defensores da economia de austeridade. Por seis meses no início do ano passado, o seu rendimento nacional começou a crescer novamente depois de um par de anos de dramático colapso, seguintes à sua própria crise financeira. Irlanda garantiu todo o débito dos seus ultra-agressivos falhados bancos para acalmar os investidores e, em seguida, pagou isso cortando acentuadamente nos gastos sociais. Os líderes da Irlanda disseram com autoridade quase religiosa que esta dolorosa auto-disciplina era necessária para endireitar a economia, e responsáveis da Irlanda bem como em toda a Europa aclamaram a breve recuperação do país em 2011, como prova de que as medidas funcionam. Mas, em seguida, a economia irlandesa mergulhou no terceiro trimestre de 2011, sua taxa mais negativa de sempre. A retoma da economia apenas provou ser temporária sob os apoios da economia de austeridade. O país ainda pode precisar de outro resgate.

Percorrido o Pântano deixado pela crise financeira e agora a crise da dívida europeia, não será fácil mesmo como tivessem sido tomadas as medidas certas. Enquanto a economia americana adquiriu uma pequena força, há recessão em nações periféricas e, possivelmente, a Grã-Bretanha poderá derrubar a França e outras nações mais fortes — especialmente na ausência de uma política coerente para além de austeridade.

Há uma solução muito melhor. E esta não exigiria a falha do euro. A zona euro e talvez toda a UE devem agir como um país unificado, pronto para reconhecer que deve assumir a responsabilidade pelos efeitos sociais drásticos dos súbitos cortes nas despesas. Os Estados Unidos não é nenhum exemplo brilhante de políticas esclarecidas, mas o Banco Central Europeu deve garantir a dívida dos seus membros tal como a Federal Reserve garante a dívida do Tesouro dos Estados Unidos. Em seguida, pode forçar à reestruturação da dívida nestas Nações, com alguns investidores privados registando perdas. Uma zona euro financeiramente unificada, em seguida, deve emitir obrigações para obter o dinheiro destinado a pagar dívidas, mas também para sustentar uma rede social para os povos das Nações que estão cortando os seus gastos em programas sociais, com o fim de cumprir os restantes compromissos financeiros. (Isso é o que os Estados Unidos fazem, por exemplo, através do envio de auxílio ao desemprego e análises da Segurança Social para cada Estado da União). Isto pode ser acompanhado de pedidos de reformas em países como a Grécia, onde os impostos devem agora ser cobrados com maior eficiência e o invulgarmente excessivo gasto público estagnou.

A Alemanha tem os meios financeiros para liderar este resgate. Mas está a bloquear a União fiscal para se agir como fosse uma única nação com respeito por todos os cidadãos da zona euro. Também se recusa a subscrever um novo estímulo fiscal substancial — "good old fashioned keynesianismo". Trata-se de uma nova arrogância nacional? Espero que não. Até agora, a Alemanha está a beneficiar da crise à medida que investidores compram títulos alemães como refúgios da turbulência. Na verdade, a omissão em breve irá afectar a economia alemã. Terá perdas financeiras em empréstimos de seus bancos às nações periféricas e seus mercados de exportação irão enfraquecer. Os compradores de títulos que estão agora devorando a dívida alemã, mantendo, assim, as taxas em baixo enquanto estas sobem em Itália, Grécia, Portugal e Espanha, provavelmente deixarão de fazê-lo.

Os líderes da UE devem superar sua obsessão com a eliminação dos défices. Agora querem reduzir o défice de cada país para menos de 0,5%. Isto é um desastre. Vai levar a um crescimento muito lento durante longo tempo. Em vez disso, eles devem usar défices temporários para relançar o crescimento. Raramente houve políticas tão pobres. Mais cedo do que tarde, os cidadãos desses países vão dizer, Não mais!, e a instabilidade política eclodirá.